



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NA EMERJ – 2º SEMESTRE/2018

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

24 DE JUNHO DE 2018

I - TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Faça uma abordagem, em no máximo quinze linhas, sobre o federalismo cooperativo. (máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Faça uma abordagem sobre os instrumentos de proteção aos direitos transindividuais previstos na Constituição. (máximo de 20 linhas)

II - DIREITO CIVIL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Alfredo, proprietário do apartamento 201, sito na rua Demóstenes, nº 40, nesta cidade, loca o referido imóvel residencial, pelo prazo de 12 (doze) meses, para Ricardo. Findo o prazo, realizam novo contrato, relativamente ao mesmo imóvel, desta vez pelo prazo de 18 (dezoito) meses. Esgotado o prazo do segundo contrato, Alfredo promove a notificação de Ricardo, denunciando o contrato, concedendo a Ricardo o prazo de 30 (trinta) dias para desocupação. O locatário deixou escoar o prazo e não desocupou o imóvel. Alfredo, então, promove em face do locatário a respectiva ação de despejo. Promova a defesa de Ricardo. (Responda justificadamente – não necessita forma de contestação). (máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Alberto realiza contrato de seguro de vida com a Seguradora Y. O contrato se renova anualmente, por força de cláusula contratual. Há indicação de beneficiário no contrato, para a hipótese de ocorrência do sinistro. No terceiro ano do contrato, Alberto se suicida. O beneficiário requer administrativamente o pagamento do capital segurado, quando tem seu pedido negado pela seguradora, ao argumento de que está comprovado que o suicídio foi premeditado. O beneficiário, então, recorre ao Poder Judiciário, requerendo o pagamento do capital segurado. A seguradora promove sua defesa com o mesmo argumento, ou seja, suicídio premeditado, devidamente comprovado. Durante a instrução do feito, resta comprovada a premeditação do suicídio por parte de Alberto. Decida a questão fundamentadamente (não necessita forma de sentença). (máximo de 20 linhas)

III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Em um processo de execução por quantia certa fundado em título extrajudicial, foi efetivada a penhora de dinheiro, o qual foi localizado em conta bancária do devedor. Este, então, apresentou petição em que requereu a substituição do dinheiro penhorado por um bem imóvel de sua propriedade, argumentando que assim a execução seria para ele menos onerosa. O juiz, porém, indeferiu tal requerimento, ao fundamento de que a ordem prevista na lei para que se efetue a penhora deve ser necessariamente observada, e que a penhora de dinheiro tem preferência sobre a penhora de imóveis. Pergunta-se: decidiu corretamente o juiz? (máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

É admissível negócio processual que permita a penhora de bem que a lei declara ser impenhorável? (máximo de 20 linhas)

IV - DIREITO EMPRESARIAL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Explique a incidência dos princípios da preservação da empresa e da proteção ao trabalhador na Lei de Recuperação Judicial e Falência, exemplificando cada um desses princípios com uma norma ou técnica prevista na referida lei. (máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

João emitiu cheque em favor de Pedro, que o endossou para Maria. Maria apresentou o cheque para pagamento, sendo informada pelo banco que não havia suficiente provisão de fundos. Maria pretende protestar o cheque. Há relação entre o prazo prescricional do cheque e o prazo para a protesto? Caso Maria realize o protesto do cheque, quem figurará como devedor? (máximo de 20 linhas)

V - DIREITO PENAL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Juca confessa a seu amigo Tonho o desejo de se separar de sua esposa Severina. A decepção com a vida conjugal, a falta de amor, o fato de a esposa não lhe preparar um bom jantar todos os dias eram as justificativas apresentadas. Contudo, o real motivo da intenção de se separar era o fato de estar apaixonado por Júlia, sua colega de trabalho, que lhe dissera que só daria um beijo no dia em que estivesse separado. Severina, porém, recusa-se ao divórcio e a família de Juca, extremamente conservadora, jamais aceitaria uma separação que não partisse de Severina. Tonho sugere, então, que Juca coloque veneno na comida de Severina para dar fim à vida daquele "encosto", segundo suas palavras, e, com isso, por fim ao vínculo conjugal. Juca relata seu temor de comprar o veneno e ser posteriormente descoberto. Tonho, porém, se propõe a solucionar o problema fornecendo um veneno para matar ratos que se encontra há alguns anos na garagem de sua casa. Levada adiante a empreitada criminoso, Severina come o prato estranhamente preparado por Juca, afinal, disse "*em dez anos de casamento é a primeira vez que me preparas um jantar*", e vai se deitar. No dia seguinte, quando a substância já deveria ter produzido o efeito, Severina se levanta normalmente e vai

trabalhar. Juca e Tonho descobrem, então, que o veneno ministrado estava com prazo de validade vencido, absolutamente incapaz de produzir qualquer efeito, circunstância esta que desconheciam no momento da ação. Diante dos fatos expostos, é possível responsabilizar Juca e Tonho por algum delito? Caso positivo, indique o delito e as razões para a capitulação. Caso negativo, justifique. (máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Parte relevante da doutrina nacional e estrangeira apontam que o crime organizado foi um fenômeno que floresceu ao longo do século XX. Não por outra razão tornou-se objeto de acordos entre Estados e organizações internacionais (Convenção de Palermo, v.g.) e de regulamentação interna (Lei n. 12.850/2013). No âmbito do combate às organizações criminosas um instituto, a par das controvérsias que suscita, tornou-se fundamental à persecução penal, a colaboração premiada. Tendo em vista o exposto, é possível responsabilizar um colaborador que acuse falsamente alguém de envolvimento com a organização criminosa responde por algum delito? Caso negativo, por qual razão? (máximo de 20 linhas)

VI – DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

No curso da instrução do processo penal a que Licínio responde, acusado da prática do delito de homicídio (artigo 121, *caput*, do CP), surgiu fundada dúvida quanto a sua saúde mental. Submetido a exame de insanidade mental (artigos 149/153, do CPP), o perito médico psiquiatra concluiu que, ao tempo da ação, ele era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato e de se determinar de acordo com este entendimento, caracterizando a inimputabilidade (artigo 26, *caput*, do CP), por ser portador da doença mental classificada como *esquizofrenia hebefrênica*. A prova produzida nos autos do processo evidencia, indubitavelmente, que Licínio cometeu a conduta ao revidar a uma agressão, que não provocou, pois, a vítima corria na sua direção para atingi-lo com uma faca, átimo em que pegou um pedaço de madeira e a atingiu uma única vez, mas foi suficiente para o resultado morte. O juiz, no desfecho da 1ª fase do procedimento do júri, julgou improcedente a pretensão punitiva e o absolveu sumariamente (artigo 315, IV, do CPP). Contudo, aplicou medida de segurança, na modalidade de internação, pelo período mínimo de 03 (três) anos, com fulcro no inciso III, do parágrafo único, do artigo 386, do CPP; artigos 26, *caput* e 96, §§ 1º, 2º e 3º, do CP, na linha da conclusão do Perito Legista, contida no laudo, no sentido de o paciente/réu demonstra periculosidade. Responda se o magistrado agiu correta ou incorretamente, com os fundamentos pertinentes. (máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Ornelio Caldeira resultou condenado no processo penal a que responde, pela prática do delito de tráfico de drogas (artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06), a 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, Ornelio Caldeira ao ser intimado da sentença, sem a presença de seu advogado, afirmou que pelo fato de ter confessado a autoria renunciava ao direito de interpor o recurso de apelação. Contudo, seu advogado ao ser intimado da sentença, no prazo legal, interpôs recurso de apelação, pretendendo a incidência da circunstância especial de diminuição de pena do § 4º, do aludido dispositivo legal; a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, além da mitigação do regime para o aberto.

Responda, com os fundamentos pertinentes, se o recurso deve ou não ser admitido, diante do princípio da voluntariedade (artigo 574, do CPP). Aponte, também, a posição do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. (máximo de 20 linhas)

VII - DIREITO DO CONSUMIDOR

QUESTÃO ÚNICA (8 PONTOS)

Aguinaldo, servente de pedreiro, ajuizou ação em face de Viação Mangabeira Ltda, argumentando para tanto que se encontrava na qualidade de passageiro de um ônibus pertencente à ré e que, em virtude de uma colisão, sofreu danos físicos que lhe impossibilitaram de exercer suas atividades laborativas por quarenta dias. Requer indenização por dano material e moral. Sustentando que não dispõe de elementos probatórios por ser hipossuficiente, requer, ainda, a inversão do ônus da prova para fins de compelir a ré a comprovar a inexistência dos pressupostos da responsabilidade civil. Deve ser deferido o pedido de inversão do ônus da prova nos moldes requeridos? Explique. (máximo de 20 linhas)

VIII – LÍNGUA PORTUGUESA - REDAÇÃO (20 PONTOS)

Há quase trinta anos, Jürgen Habermas teorizava sobre a tensão entre fatos e normas em relação às demandas em torno da igualdade entre os sexos. A discussão se amplia atualmente com as novas reivindicações relativas à questão de gênero. Com base nessa informação, reflita sobre a questão e discuta num texto argumentativo, entre 25 e 30 linhas obrigatoriamente, o seguinte questionamento: Em relação à questão de gênero, seria possível afirmar que as atualizações normativas e legais não são acompanhadas por reais mudanças de comportamento da sociedade?

BOA SORTE !!!